I

FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA E PROTEÇÃO SOCIAL: NOTAS SOBRE O CONTEXTO BRASILEIRO*

*Regina Célia Tamasso Miotto*¹

Introdução

Entabular uma discussão acerca da família contemporânea e proteção social no contexto brasileiro requer considerar a sua complexidade, tendo em conta que a história da família se confunde com a própria história da humanidade. Esta convivência constante e milenar faz com que o sentimento de intimidade que lhe caracteriza pareça universal e que os vínculos de afeto radicados na infância tenham aparência de naturais. Porém, não são poucas as pesquisas que demonstram tanto as suas transformações ao longo do tempo como a presença de inúmeras formas de ser e conviver em família no quadrante do mesmo tempo histórico e do mesmo espaço social. Philippe Ariès (1978) através de seu livro a “História Social da Criança e da Família” evidenciou o quão recente na história da humanidade é o sentimento em relação a infância. O historiador inglês Peter Laslett foi um dos pioneiros a demonstrar que a convivência de vários modelos familiares sempre existiu e, portanto, a diversidade de famílias não é uma questão contemporânea. Através de pesquisas empíricas sobre a família europeia ocidental o historiador afirma a existência, já no século XV, de famílias conjugais nucleares que vieram representar o modelo de família típico e ideal da modernidade (LASLETT, 1972). No Brasil, a antropóloga Mariza Corrêa em seu artigo intitulado - Repensando a família patriarcal brasileira - pergunta se a “família patriarcal” brasileira seria o modo de viver cotidiano da organização familiar no Brasil colônia. Através de uma leitura atenta e cuidadosa da historiografia a autora afirma que “a “família patriarcal” pode ter existido e seu papel ter sido extremamente importante: apenas não existiu sozinha, nem coman-

*DOI – 10.29388/978-65-86678-28-4-0-f.23-44

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC. Bolsista Produtividade em Pesquisa/CNPq. Membro do NISFAPS - Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Política Social.

dou, do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira” (CORRÊA, 1981, p. 10).

Assim, parecem incontestáveis tanto o caráter histórico da família como a sua diversidade nas formas de ser e conviver. Tais formas vão se transformando ao longo do tempo em sincronia com as transformações que ocorrem no conjunto da sociedade e que desde o século XVIII se organiza sob o modo de produção capitalista. Assim, a família contemporânea emerge na segunda metade do século XX em meio às transformações das tecnologias, do mundo do trabalho, da economia e da cultura. Uma família que tende, segundo Roudinesco (2003), a se configurar pela união de dois indivíduos em busca de relações íntimas ou de realização sexual. Nela se acentuam as tensões entre individualização e pertencimento, ancorada na quebra da divisão sexual do trabalho e do poder. Portanto, diferente da família moderna, configurada entre o século XVIII e meados do século XX, fundada no amor romântico e no casamento assentado na reciprocidade de sentimentos e na complementariedade de papéis, através da divisão sexual do trabalho entre os cônjuges. A família contemporânea caracteriza-se pela presença cada vez mais reconhecida de suas diferentes composições que se relacionam a alteração do vínculo do casamento, ao reconhecimento das uniões estáveis e mais recentemente das uniões de pessoas do mesmo sexo.

As transformações da família nos últimos 50 anos do século XX demonstram a sua relação intrínseca e dialética com as transformações societárias e torna possível reconhecê-la no cruzamento de contínuos deslocamentos dos limites entre esfera privada e esfera pública. De acordo com Pescarolo (2001) é justamente neste cenário que se tornam visíveis mudanças importantes como: as fronteiras e as linhas de estrutura do parentesco, as relações entre os sujeitos que compõem a família, o raio e a natureza das relações fora da família, além da interação dos diversos sujeitos nos processos sociais e institucionais. Ainda para a autora, mudam os sentimentos familiares e são renegociadas as obrigações recíprocas. Passa-se de um modelo normativo forte, para um leque mais amplo de oportunidades individuais em que se torna possível modular com flexibilidade modos e tempos de vida.

Portanto, as mudanças que caracterizam as famílias contemporâneas vêm sendo consideradas dentro de uma tendência não só dos padrões demográficos, mas também de modos de vida. No arco das inúmeras possibilidades de famílias encontramos as famílias homoafetivas, as “famílias DINC” (GE-

LINSKI, DAL PRÁ, no prelo), as “famílias poliamorosas” (GRANDE, 2018)², as famílias de casais com filhos, as famílias unipessoais, as famílias monoparentais e outras. Porém, como afirma Bilac (1995) não existem apenas formas diversas de ser e conviver em família, mas elas estabelecem relações diferentes com as outras esferas da sociedade, como o Estado, o Trabalho e o Consumo. Essa assertiva é fundamental para se analisar a família no contexto da sociedade brasileira considerando as desigualdades estruturais de classe, gênero e raça/etnia que conformam essas relações no Brasil. Além disso não pode ser esquecido o caráter contraditório e as relações desiguais que persistem no interior dos grupos familiares. Esse conjunto de relações intrinsecamente interdependentes os tornam tanto um lugar de relações amorosas e solidárias como de violências e violações.

Dentro desse quadro e a partir da indicação das concepções de família presentes no debate contemporâneo, esse texto pretende discutir a família no contexto da proteção social brasileira. Nessa discussão inclui-se seus aspectos históricos e faz-se algumas pontuações sobre o período pós Constituição de 1988.

Família e Proteção Social: relações e concepções

Assim como a história da família e da humanidade se confundem, também se confundem as relações entre família e proteção social. A solidariedade familiar e comunitária sempre esteve presente nas formas de organização do amparo dos membros de diferentes sociedades e em tempos diversos, diante das necessidades impostas para a continuidade da própria existência. Assim, ao longo da história sempre recaíram sobre as famílias expectativas de proteção social e de acordo com cada momento tais expectativas tenderam a aumentar ou a diminuir. A institucionalização de sistemas de proteção social é um acontecimento recente na história humana, fruto da modernidade e das relações sociais contraditórias típicas do modo de produção capitalista. Nas sociedades contemporâneas ocidentais com as transformações ocorridas na sociedade e na família, a instauração de um sistema público de proteção social – particularmente do *welfare* europeu no pós-guerra – significou um avanço civilizatório importante

² As famílias DINCS são aquelas formadas por casais sem filhos, com dupla renda e muitas delas com animais de estimação. (DINC= duplo ingresso, nenhuma criança). As famílias poliamorosas são aquelas formadas por vínculos de amor, duradouros e estáveis, entre mais de duas pessoas adultas, não importando se sejam homo, hetero ou bissexuais.

no desenvolvimento da sociedade. O século XX será emblemático nas diferentes articulações entre o Estado, a família/sociedade civil e o mercado para a provisão de bem-estar social. (DI GIOVANNI, 1998; ESPING-ANDERSEN, 2000).

Sobre a importância da presença do Estado na proteção social Saraceno (1996) salienta que ele, através de suas políticas sociais, é um recurso fundamental para promover a autonomia da família em referência à parentela e à comunidade, e à autonomia dos indivíduos em relação à autoridade da família. Por isso, o Estado é o único agente que, através da garantia de direitos intransferíveis a todos os cidadãos, pode postular algum tipo de igualdade na sociedade. Para reforçar essa tese Peixoto (2007), referindo-se a análise de François Singly sobre a família contemporânea, assinala que a existência do indivíduo contemporâneo depende crucialmente de seus próximos e ao mesmo tempo de sua independência em relação a eles. Para o autor a individualidade e a convivência respeitosa só pode acontecer quando, através de mediações institucionais – leia-se proteção pública - se pode sustentar tanto a individualidade quanto a independência.

Dessa forma, afirma-se que das diferentes articulações produzidas entre Mercado-Estado-Família/Sociedade Civil para provisão de bem-estar, mediadas obviamente pelo Estado, resultam diferentes regimes de bem-estar social (ESPING-ANDERSEN, 2000). Estes se transformam e suas transformações estão vinculadas às concepções de justiça e igualdade/equidades reinantes, em dado momento histórico, nos diferentes países. Acoplado a essa concepção de justiça encontram-se as expectativas de proteção social depositadas na família. Estas são decorrentes das diferentes concepções de família que permeiam as sociedades e que se alinham a projetos societários diferentes e, obviamente, expressam interpretações teórico-metodológicas diversas sobre a realidade social.

Atualmente as concepções de família em evidência no campo da proteção social estão situadas no arco do estrutural funcionalismo e da teoria social crítica. A concepção derivada do estrutural funcionalismo é ancorada nas proposições de Emile Durkheim e tem Talcott Parsons como sua grande referência. Em linhas muito gerais, pauta a família a partir do casamento e da complementariedade de papéis, além de definir a socialização primária e o apoio e proteção de seus membros como sua função precípua. Dessa forma, a família através do adequado cumprimento de suas funções estaria, junto com outras instituições, sustentando a harmonia e a coesão social. Nesse espectro consolida-se a centralidade de um modelo ideal de família constituída por homem/pai – mulher/mãe e filhos. Os processos familiares são compreendidos e tratados no

âmbito da própria família, desvinculando-a das bases materiais de produção da sociedade capitalista. Esta concepção alicerça inúmeros estudos produzidos no século XX, particularmente sobre os processos de intervenção nas famílias. No escopo dessa abordagem a família é tratada como instância essencialmente privada, sob o prisma da ordem, da integração, da estabilidade/harmonia e alheia ao processo histórico. Ainda sob a lógica do estrutural-funcionalismo os conflitos e as instabilidades que têm lugar na família são interpretados como desvios ou disfunções e o foco de suas análises recai sobre as relações internas da família. Esta é uma interpretação que tem favorecido a abordagem da família desvinculada de suas relações estruturais com outras esferas da sociedade. Saraceno (2013) aponta que essa concepção é responsável pelo pensamento hegemônico que perdura na sociedade de pensar as relações da família com o trabalho e a economia apenas através do consumo ou da privação de recursos nas famílias pobres. Por esse prisma a privação de recursos e de energia das famílias pobres são interpretadas apenas como empecilho para o pleno desenvolvimento de sua dimensão relacional e socializadora.

Em termos históricos, a concepção estrutural-funcionalista é herdeira do pensamento conservador, que se desenvolveu em oposição ao pensamento postulado pela revolução francesa de 1789 e tinha como lema a igualdade, a liberdade e a fraternidade. O pensamento conservador moderno apoia-se na ideia que as desigualdades sociais têm uma base natural e que os esforços da esfera pública para compensar as desigualdades por meio de leis, só fazem prejudicar as liberdades, especialmente dos mais fortes e dos mais brilhantes. Dessa forma, a ampliação do poder público é uma tentativa equivocada de restringer por meio de leis sociais as desigualdades naturais e/ou a espontaneidade histórica. Nessa perspectiva defende as estruturas intermediárias de poder da sociedade, constituídas como entidades orgânicas e articuladas (GAHYVA, 2017; IAMAMOTO, 1997). A família, enquanto uma estrutura intermediária, assume papel relevante no pensamento conservador. Não por acaso tornou-se notável o amplo desenvolvimento do estrutural funcionalismo nos estudos sobre família.

A concepção de família, construída no marco da teoria social crítica, assenta-se no entendimento que a família é parte intrínseca do conjunto das relações sociais e é transpassada pelas contradições que caracterizam tais relações e, portanto, locus privilegiado das expressões da questão social. Suas relações são movidas pelo conflito, advindos também da diversidade de interesses, necessidades e antagonismos entre seus membros. Dessa forma, assenta-se ainda na afirmação do caráter histórico da família e, por isso, entende a família nuclear

como uma formação típica do capitalismo e nesse contexto constitui-se uma instituição privilegiada dos processos de reprodução social. Ela não é tomada apenas como o lugar de afetos e socialização, mas é reconhecida como unidade econômica e de serviços nos termos de Saraceno (2013). A autora, como apontou Mioto (2015), afirma que a família é uma unidade econômica para a qual se conflui rendimentos de diferentes fontes para uma “bolsa comum” e que os ganhos embora sejam individuais (salários), o direito de administrá-los e de gastá-lo é da família. Assim, o assalariamento aprofunda desigualdades dentro da família e gera tensões entre os seus membros, especialmente entre aqueles que ganham o dinheiro/salário e aqueles que o ganham indiretamente, através do valor adjunto do trabalho doméstico e de cuidado desenvolvido no interior da família. Dessa forma, a família é considerada uma instância pública-privada e, portanto, nas sociedades com profundas desigualdades estruturais de classe, gênero e etnia, como a brasileira, as transformações do mundo do trabalho, associadas às mudanças demográficas, tem impactos profundos e diferentes nas famílias.

As diferentes perspectivas relacionadas às diferentes matrizes teórico-metodológicas possuem divergências significativas nas formas de conceber família, particularmente em relação às expectativas que se tem sobre as formas de ser e conviver em família e em relação ao seu papel na provisão de bem-estar, ou seja, na proteção de seus membros. Em relação às formas de ser e conviver em família, a tendência do estrutural funcionalismo é a afirmação e defesa do modelo ideal de família, embora o discurso da multiplicidade de formas já seja incorporado nessa concepção. Porém, apesar da admissão da possibilidade das diferentes formas, não se quebram as expectativas em relação aos papéis familiares - homem/pai e mulher/mãe - e persevera a ideia da família como a primeira e principal responsável pela provisão de bem-estar a seus membros. Nesse sentido fortalece a visão naturalizada que o senso comum tem acerca das obrigações familiares.

Para a perspectiva crítico dialética, tendo em conta suas categorias basilares historicidade, totalidade e contradição, a multiplicidade de formas familiares é vista como decorrente dos processos de transformação da sociedade. Entende-se os modos de vida das famílias e as questões que têm lugar no seu interior como expressões das inúmeras relações que se entrecruzam na família. Ou seja, das relações que as famílias estabelecem com as diferentes esferas da sociedade, Estado, Mercado/Trabalho, entre os seus membros e com o conjunto das redes sociais primárias e secundárias de seus membros. Dessa forma, considera-se que os conflitos que têm lugar no seu interior não são gerados apenas a par-

tir das relações entre os seus membros, mas tendem a exprimir os conflitos constitutivos da própria sociedade. Além disso, o pensamento crítico-dialético pondera que as famílias, dadas as condições objetivas de vida no quadro de desigualdades típicas do modo de produção capitalista e da transição demográfica contemporânea, não podem assumir a maior parte dos custos pela provisão de bem-estar de seus membros.

Tais concepções de família sustentam diferentes projetos de proteção social. Ou seja, sociedades que partilham de uma concepção de família que reconhece as transformações da sociedade e da família, e que buscam níveis mais elevados de justiça e igualdade tendem a colocar no Estado maior responsabilidade pela provisão de bem-estar, através da lógica do direito e da cidadania. Sociedades que partilham de uma concepção de que a família - independente das transformações da sociedade e da família - é a principal responsável pela provisão de bem-estar de seus membros, tendem dar primazia a ela e obviamente ao mercado, na organização da proteção social.

Família e Proteção Social no Brasil: aspectos históricos

A família no Brasil sempre desempenhou papel central na construção das relações sociais ao longo dos séculos. No seu livro “Raízes do Brasil” (2017), Sergio Buarque de Holanda (2017) afirma enfaticamente que a família – como entidade privada – precede a pública, à medida que a sombra do quadro familiar persegue os indivíduos mesmo fora do espaço doméstico. Para o autor a “improvisada” burguesia urbana no Brasil nasceu impregnada pela marca da família, trazendo na sua formação a incompatibilidade entre o patriarcalismo e personalismo fixados pela tradição e as formas de vida que se tentava construir à semelhança dos países mais avançados. No Brasil colônia a família junto com a Igreja assumiam toda a responsabilidade na provisão da saúde, educação e assistência social. Essa conformação teve influência decisiva tanto na legislação brasileira em relação a família, como na configuração da proteção social ao longo dos anos republicanos no Brasil.

Em termos de legislação, a Igreja foi decisiva na definição de família que passou a fazer parte das Constituições brasileiras. Ou seja, a família constituída por um homem e uma mulher e sua prole, tendo o homem como cabeça do casal e o casamento indissolúvel até 1977. Em termos de proteção social a família continuou sendo referência central no desenho da política pública brasileira e a Igreja continuou como grande influenciadora da repartição de respon-

sabilidade na provisão de bem-estar social, especialmente através da força de um de seus princípios-chaves que é o princípio da subsidiariedade. Esse princípio consta da Encíclica Quadragésimo Ano de Pio XI, publicada no ano 1931 e versa sobre a teoria social católica da solidariedade social. Ele se refere ao escalonamento das atribuições em função da complexidade do atendimento dos interesses da sociedade. Por isso estabelece que as instâncias superiores prevaleçam sobre as instâncias menores apenas quando estas falham na satisfação de atribuições que lhes competem (MIOTO, 2015; 2016).

O sistema de proteção social no Brasil configurado no início do século XX teve como pilares o trabalho e a família, caracterizando-se como um sistema de caráter familista ou constituídos por políticas “de família” ou “referidas à família” nos termos de Goldani (2005). Para a autora, as “políticas referidas à família” têm na sua composição elementos que visam fortalecer as funções sociais da família, seja a partir de sua estrutura, de suas características ou de demandas de seus membros. Tais elementos estão presentes tanto nas políticas de caráter universal, como nas focalizadas de combate à pobreza, à violência doméstica, dentre outras. As “políticas de família” visam intervir na modelação das famílias, buscando conformar as estruturas familiares a partir de um modelo ideal. Este modelo ancora-se tanto em valores culturais dominantes, como em uma concepção de desenvolvimento econômico relacionada ao papel que se espera da população a partir desse modelo.

Ao longo do desenvolvimento histórico brasileiro as “políticas de família” tiveram lugar especialmente no primeiro quadrante da república. Isso ocorreu, segundo Fonseca (2001), quando a família desenvolveu papel estratégico na conformação da ideia de nação e tornou-se imprescindível para atender as demandas de reprodução da força de trabalho no contexto da emergência do capitalismo. Muito se investiu na consolidação do modelo de família nuclear burguesa (pai-mãe e filhos) tendo como parâmetros o eugenismo e o higienismo³. Nesta perspectiva, foi emblemático o Estatuto da Família de 1941 - decreto-lei n. 3.200 de 19 de abril de 1941- que normatizava, dentre outras coisas, o casamento, a filiação e a concessão de auxílios através das caixas de pensões aos tra-

³ A grosso modo, o higienismo refere-se a doutrina que nasce na primeira metade do século XIX na Europa, quando os governantes começam a vincular a saúde da população aos hábitos de higiene e a comportamentos pessoais/familiares e criam-se políticas pautadas na defesa de comportamentos saudáveis. Eugenismo refere-se ao conjunto de ideias e práticas relativas ao aprimoramento da raça. Nessa base se desenvolvem políticas para sanar a sociedade de pessoas com determinadas enfermidades ou características consideradas indesejáveis (doenças, impulsos criminosos).

balhadores. No seu capítulo VIII, chancelava a subvenção “as instituições de assistência, já organizadas ou que se organizarem para dar proteção às famílias em situação de miséria” (BRASIL, 1941). Nesse decreto, toma corpo a ideia da proteção à família vinculada ao trabalho, ou seja, a proteção social vinculada a figura do trabalhador. À filantropia, majoritariamente, caberia o atendimento às famílias que não conseguissem atender as necessidades de seus membros por seus próprios meios, dentre esses, o trabalho remunerado formalizado.

Esta configuração de proteção social assentada basicamente sobre o trabalho e a família perdurou até a Constituição de 1988. Tal configuração foi amplamente debatida no contexto da discussão sobre a cidadania no Brasil. De acordo com Teixeira (1985) a cidadania, que tem como princípio a igualdade/equidade, se torna realidade de fato à medida em que os direitos e deveres dos indivíduos são transformados em mecanismos de proteção social às necessidades sociais. Foi no contexto do debate da cidadania, e da movimentação da sociedade brasileira em torno dela, que se erigiu a Constituição de 1988. No debate, ganharam projeção os conceitos de “cidadania regulada” e de “cidadania invertida” que expressaram a crítica ao sistema de proteção social brasileiro vigente.

O conceito de “cidadania regulada”, forjado por Wanderley Guilherme dos Santos (1979), refere-se ao padrão institucional de reconhecimento do cidadão pelo Estado. Trata-se de um conceito que vincula os direitos aos indivíduos inseridos no processo de produção. Dessa inserção depende a proteção dos membros de sua família. Isso caracteriza um modelo universalista de inclusão seletiva em projetos de bem-estar, através da associação entre o lugar que o trabalhador detém em uma ocupação definida e reconhecida por lei e o seu status de cidadão. Nesse molde, a cidadania está atrelada a um sistema social estratificado que tem como função mediar o conflito na esfera da produção, entre a ânsia da acumulação do capital e a equidade social desejada. Portanto, distante de uma lógica de universalidade em que é reconhecido como cidadão, de forma efetiva, todo e qualquer membro de uma sociedade. Nesse sentido o padrão de cidadania no Brasil se caracteriza essencialmente pela dissonância entre cidadania formal (jurídica) e cidadania efetiva. Um exemplo notório dessa condição é o fato que até a Constituição de 1988 os direitos previdenciários e o direito à saúde eram diretamente associados à condição de trabalhador no mercado formal. Aqueles que não dispunham de trabalho formal, que era a maioria da população brasileira, dependia dos recursos familiares. Caso esses não existissem ficavam a mercê da filantropia.

O conceito de “cidadania invertida” esteve amplamente presente no âmbito do debate sobre a assistência social brasileira⁴ e, de acordo com Teixeira (1985 p. 401), conforma a situação em que

[...] o indivíduo entra em relação com o Estado no momento em que se reconhece como não-cidadão. Tem como atributos jurídicos e institucionais, respectivamente, a ausência de relação formalizada de direito ao benefício, o que se reflete na instabilidade das políticas assistenciais, além de uma base que reproduz um modelo de voluntariado das organizações de caridade, mesmo quando exercidas em instituições estatais.

Ou seja, o acesso a algum tipo de benefício ou “direito de cidadania” implica na comprovação da inexistência de condições de cidadania. Um dos exemplos clássicos é a exigência do atestado de pobreza das famílias para a concessão de algum benefício ou acesso aos serviços. Ou, na versão mais atual, as famílias devem comprovar que são desprovidas de condições de vida cidadã para receberem o bolsa família.

Em meio a efervescência do debate em torno da proteção social brasileira associada a cidadania acoplado à luta dos movimentos populares por direitos nos anos de 1970 e 1980 e pelas transformações das famílias, chegou-se à Constituição de 1988. Esta trouxe inovações importantes tanto no campo da família como no campo da proteção social. No campo da família rompe com toda a tradição das outras constituições ao postular a igualdade entre homens e mulheres; o reconhecimento da união estável, das famílias monoparentais e dos direitos iguais para os filhos (fim da distinção entre filhos “legítimos” e “ilegítimos”). Com base nela, em 2011, o Supremo Tribunal de Justiça (STF) em 2011 reconheceu a união estável para casais do mesmo sexo e, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através de resolução, proibiu cartórios de todo o Brasil de se recusarem a celebrar casamentos civis de casais do mesmo sexo.

A proteção social, através da instituição da seguridade social, tornou-se um direito de cidadania a ser garantido pelo Estado. Dessa forma, desvincula o acesso aos benefícios e serviços da contribuição individual. Todos passam a ter o mesmo direito ao acesso, de acordo com sua necessidade. Isto significa a adoção de um mecanismo de solidariedade e redistribuição entre aquelas pessoas que podem contribuir e aquelas que terão os custos cobertos por toda a sociedade, através de impostos e contribuições. Passa-se a operar dentro de um prin-

⁴ Merece destaque nessa discussão o livro *Classes subalternas e assistência social* de Maria Carmelita Yasbek publicado em 1993.

cípio de justiça por meio do qual associa-se “um certo bem-estar como parte de um padrão civilizatório que define os direitos humanos” (FLEURY, 2007, p. 76).

A Família na Proteção Social Brasileira pós Constituição de 1988: avanços e retrocessos

A promulgação da Constituição em 1988 não significou o compartilhamento de suas proposições, particularmente em relação aos direitos sociais, pela totalidade da sociedade brasileira. De acordo com Fagnani (2011), o fantasma da ingovernabilidade, sob o argumento dos custos da Seguridade Social para o Estado, esteve presente desde a Assembleia Nacional Constituinte, através do pensamento de representantes da elite econômica brasileira. Esta, já alinhada aos preceitos do neoliberalismo que alçava com força no contexto internacional. A partir desse contexto vieram as pressões nos anos seguintes dos organismos internacionais, tais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional dentre outros, alavancando a ideia de que a política social deve ser, por excelência, voltada para os pobres e por definição deve ser focalizada. No escopo dessa perspectiva, ressurgiu a família como referência central para a política social e imprescindível para a efetivação dos processos de focalização e seletividade. Portanto, desde a própria Constituinte se inicia a tensão entre diferentes projetos de proteção social para a sociedade brasileira. Uma tensão que por ora se acirra numa conjuntura em que, a despeito das experiências e análises que demonstram o fracasso do pensamento neoliberal⁵, ele revive no Brasil atual.

No decorrer dos anos entre 1988 e 2019, as tensões entre as diferentes proposições relativas à seguridade social foram aumentando e a família tornou-se um componente importante nesse debate. A grosso modo nesse período, no que se refere à família no escopo da proteção social brasileira, é possível identificar diferentes conjunturas quando se observa a incorporação da família nas proposições sociais, econômicas e políticas, especialmente no campo da proteção social. Apesar da Constituição ter postulado o dever do Estado pela proteção social, ao longo de todo esse período, a família continuou tendo centralidade no campo da provisão de bem-estar. A política pública brasileira continuou

⁵ De acordo com o relatório da CEPAL (2014), as políticas adotadas na América Latina de redução dos gastos públicos e sobretudo dos gastos sociais, ou seja, o ajuste fiscal, foi a variável que teve um impacto altamente negativo nas condições de vida da população, provocando a deterioração dos níveis bem-estar social na região.

sendo altamente referida à família, não conseguindo se desprender do caráter familista da sociedade brasileira, que se expressa na naturalização das funções familiares de cuidado e proteção; no curto-circuito estabelecido entre expectativas de cuidado e proteção depositadas nas famílias e as condições objetivas para sua realização vinculadas às desigualdades de classe, gênero e etnia e no distanciamento da concepção de direitos como dever do Estado e na afirmação da solidariedade familiar (MIOTO; CAMPOS; CARLOTO, 2015).

Porém, a incorporação da família não aconteceu de forma homogênea e linear durante todo o período. Ao contrário, é possível observar diferenças substantivas pelo menos entre dois períodos, o de 1989 a 2016 e o iniciado em 2016. O período compreendido entre 1989 e 2016 foi marcado por fortes tensões e embates na afirmação da seguridade social como direito social. Como emblemático do início desse período temos a presença massiva dos movimentos sociais, a produção das leis infraconstitucionais como a lei orgânica da saúde em 1990, a lei orgânica da assistência social (1993), a formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) entre outros, encaminhando as expectativas em direção a maior responsabilidade do Estado na proteção social. No entanto, na conjuntura do governo de Fernando Henrique Cardoso, a família já passa a fazer parte explicitamente dos Programas governamentais, como o Comunidade Solidária e também do discurso governamental consoante às agências multilaterais. Nessa perspectiva, é expressiva a declaração de Wanda Engel - secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social - no ano 2000, ao rebater as críticas referentes ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Segundo a secretária “a década de 90 foi a década dos direitos. Agora é a década da responsabilidade. A família tem de fazer força para sair da situação de indigência”⁶.

Nesse período, o movimento contraditório entre a institucionalização da Seguridade Social com características de bem-estar e a sua não institucionalização (FAGNANI, 2007) foi pautando a vida política brasileira e, assim, chegou-se à conjuntura dos governos do Partido dos Trabalhadores. Neles foram depositadas as melhores expectativas para o avanço da proposta constitucional de seguridade social. No entanto, apesar de avanços significativos como a Política Nacional de Assistência Social, além das políticas relacionadas às mulheres, negros, indígenas, quilombolas e o grande investimento no Programa de Transferência de Renda – Bolsa Família, dentre outros, assistiu-se também a incorporação oficial da família na política social. A PNAS postulou dentre as suas

⁶ Esta declaração consta do jornal Folha de São Paulo de 30 de abril de 2000.

diretrizes a matricialidade familiar e a política de saúde nesse período instalou a política de humanização na qual a família ganha significativo protagonismo (MIOTO; DAL PRÁ, 2015). Além disso, no contexto da política de assistência social, recuperou-se o trabalho social com famílias. Este, mesmo que postulado em novas bases e em defesa da diversidade das famílias, não conseguiu se desvencilhar totalmente de suas amarras históricas e da concepção de família vinculada a ideia de principal responsável pela proteção social. Nessas discussões forjou-se o jargão da “responsabilização da família” e jogou-se luz sobre as relações família e Estado. Em meio a tal conjuntura, que tanto se reconheceu a família na sua diversidade e avançou-se muito na defesa dos direitos das minorias, assistiu-se também o retorno da concepção conservadora de família no plano legislativo. Em 2013, foi apresentado o projeto de lei que institui o Estatuto da Família (BRASIL, 2013) que deve dispor sobre “os direitos da família e sobre as diretrizes das políticas públicas voltadas para a valorização e apoio à entidade familiar”. Define entidade familiar “como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 2013). Este projeto ainda se encontra em tramitação e está na contramão da decisão do STJ já referida, além de contraria a própria realidade.

Decididamente o período de 1989 a 2002 abrigou conjunturas bastante contraditórias, caracterizadas por tensões e pressões para o avanço da proposta constitucional e marcadas pela visibilidade que deu à família como instância de provisão de bem-estar social, até então invisível no contexto do debate da política social brasileira. Porém com todas as contradições que marcaram tais conjunturas e com todas as ambiguidades e paradoxos contidos no binômio família e cidadania, não se negou em nenhum momento a postulação da Constituição Federal de 1988. Manteve-se o dever do Estado em relação à proteção social. O período referido navegou sob o paradigma da cidadania e grandes embates foram travados na arena democrática da política brasileira. Mesmo em 1995, quando se aprovou a contrarreforma do Estado, estava posto o reconhecimento do Estado não apenas nas “suas tarefas clássicas de garantia da Propriedade e dos contratos, mas também seu papel de garantidor dos direitos sociais e de promotor da competitividade do seu respectivo país” (BRASIL, 1995, p. 7, grifo nosso).

O golpe parlamentar de 2016 instaura a quebra do paradigma da cidadania e demarca um novo período para a proteção social brasileira, sob a égide das políticas de austeridade. O projeto de proteção social contido na Constitui-

ção Federal, que foi sofrendo duros golpes ao longo do tempo, passa a ter uma reorientação clara no escopo do paradigma neoliberal. Este paradigma pauta-se na ideia de “superioridade do livre mercado como mecanismo de alocação eficiente de recursos”. A privatização é seu carro-chefe e o individualismo e a liberdade - em detrimento da igualdade - são seus valores centrais (UGÁ; MARQUES, 2005, p. 196). Com a instauração desse paradigma a família ganha ainda mais protagonismo pois a política de austeridade, de acordo com Vieira et al (2018), consiste numa política de ajuste fundada na redução dos gastos públicos e do papel do Estado nas suas funções de indutor do crescimento econômico e promotor do bem-estar social.

Inicia-se um período em que a família compulsoriamente deverá assumir os custos da provisão de bem-estar social, pois será de seu orçamento que sairão os recursos necessários para o pagamento de planos de saúde, da escola, da previdência privada e de tantos outros bens e serviços. A tendência nesse contexto é de aprofundamento da desigualdade considerando que as famílias não são homogêneas nem em recursos, nem em fases dos ciclos de vida, nem em modelos culturais e organizativos. São influenciadas e interagem com o conjunto da legislação e dos serviços sociais de formas diferenciadas e, portanto, as desigualdades de classe, gênero e raça/etnia tendem a ganhar visibilidade maior (SARACENO, 1996). Nesse paradigma, há o recrudescimento do acesso a benefícios e serviços, aprofundando-se a lógica dos programas focalizados com aumento expressivo da seletividade. No âmbito da prestação dos serviços públicos a família é tomada como o vetor para o que Britos (2006) denomina de “processos de externalização”. Esses processos consistem no encaminhamento dos usuários dos serviços públicos para outras instituições, dada a ausência ou sobrecarga de serviços ou recursos públicos. Os encaminhamentos são realizados para as organizações comerciais quando a família possui recursos, para as organizações não governamentais (filantropia) quando não possui recursos, ou ainda, requerem as próprias unidades domésticas, especialmente para a prestação de cuidados. Além disso, aumenta exponencialmente a incorporação das famílias nos serviços sociais, sob a forma de práticas administrativas ou de participação devido aos processos de precarização e intensificação do trabalho que ocorre nas instituições públicas. Ou seja, a família é o fator de referência principal para esses processos que sempre incluem também uma sobrecarga nas atribuições das famílias. Por fim, sob o paradigma neoliberal, tende a haver o incremento dos processos de judicialização à medida que as famílias não conseguem atender as expectativas que se tem delas no provimento de bem-estar. A pressão que se exerce sobre elas tende a aumentar e com isso aumenta-se o nível de

estresse e de conflitos no interior das famílias, que são expressos através de inúmeras formas de violências.

A tendência de agravamento da situação em que vivem as famílias é notória a partir de 2019 sob uma conjuntura na qual o neoliberalismo, assumido na sua plena perversidade, é associado à uma pauta reacionária nos costumes. Como diz Boron (1999), é notável a capacidade do pensamento neoliberal de criar, recriar e incrementar um “senso comum” neoliberal enraizado nas crenças populares. Nesse contexto a família torna-se o epicentro do processo social e político brasileiro e ocupa posição central no universo discursivo oficial. Ao mesmo tempo em que se discursa em nome da proteção da família, solapa-se as suas bases de sustentação, especialmente das famílias pobres, ao realizar o desmonte da seguridade social, da educação e de outras políticas setoriais⁷. Os dados apresentados pelo IBGE⁸, largamente divulgados pela imprensa, ajudam a sustentar a tese sobre a impossibilidade de haver proteção das famílias nas suas características contemporâneas, com as condições de vida da população e o desmantelamento da proteção social em curso no país.

Novamente reafirma-se o padrão familista na proteção social brasileira que implica dois níveis, macrossocial e microssocial. No nível macrossocial consiste na definição da família como instituição provedora central de bem-estar. No nível micro - social apela-se para uma rede de mulheres (mães, avós, vizinhas) para a realização do trabalho familiar, particularmente do cuidado (MIOTO, 2012; BATTHYANI, 2009).

No processo de desmonte da política social brasileira no atual período, ressalta-se a criação do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, composto em grande parte por pessoas de igrejas neopentecostais alinhadas a concepção extemporânea⁹ de família, ou seja, de base estrutural funcionalista. Através da proposição de inúmeros programas que se arvoram atuar em “defesa” da família, das crianças e adolescentes solapam as bases das políticas públicas sob os parâmetros da Constituição de 1988. No ministério está alocada a Secretaria da Família que, segundo a sua secretária,

⁷ Consultar: JANNUZZI, P. de M. Pobreza, Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil: dos avanços civilizatórios pós Constituição de 1988 aos prenúncios da barbárie liberal pós Golpe de 2016.

⁸ Consultar Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2019

⁹ Extemporâneo significa aquilo que se manifesta numa época inapropriada; que acontece além do tempo determinado; fora do momento oportuno; impróprio para o tempo ou circunstância em que ocorre. (Dicionário online em português <https://www.dicio.com.br/extemporaneo/> - Acesso em 2 dez. 2019)

[...] constitui, de fato, uma estrutura inédita no Brasil, projetada a investir no essencial, já que muitos problemas sociais podem ser evitados com o devido protagonismo da família, desde o preconceito à violência, passando pelos desequilíbrios afetivos, que, em muitos casos, fundamentam o recurso a drogas e outros subterfúgios. (MARTINS, 2019,).

Além do referido ministério, muitas outras ações e programas estão tendo lugar em outros ministérios que sustentam a concepção extemporânea de família, tanto em relação a sua forma, como na sua responsabilidade em relação a provisão de bem-estar. A manutenção dessa concepção de família é fundamental para sustentar as mudanças em curso e a superfocalização na família pobre em acordo com as orientações do Banco Mundial¹⁰.

Dessa forma, chega-se a 2020 com a articulação de um sistema de proteção social avesso a Constituição de 1988, onde a regressão dos direitos de cidadania é evidente e longe da proposição de “políticas para as famílias” (GOLDANI, 2005, p.13). Para a autora as “políticas para as famílias” partem do reconhecimento das “famílias reinventadas”¹¹ e, portanto, vincula a necessidade de novas articulações entre o trabalho para o mercado, o trabalho para a família e a provisão de bem-estar por parte do Estado. Nessa perspectiva, a desfamíliação de muitos dos encargos delegados às famílias é entendida como basilar para a preservação da convivência e do bem-estar das famílias.

Considerações Finais

Diante do exposto, e considerando o contexto sociopolítico em que a sociedade brasileira está imersa, duas considerações são importantes. A primeira é a desconstrução do discurso de proteção da família que caminha na contramão de medidas de fato efetivas de proteção da família. Sobre isso, é importante lembrar que apesar da ideia bem arquitetada do liberalismo/neoliberalismo de apologia da eficiência do mercado, a realidade, historicamente, tem demonstrado a sua incapacidade de dar conta dos problemas que ele mesmo gera, parti-

¹⁰ Um exemplo disso é a proposta Como Investir na Primeira Infância: Um Guia para a Discussão de Políticas e a Preparação de Projetos de Desenvolvimento da Primeira Infância. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/Como_Investir_na_Primeira_Infancia.pdf

¹¹ Entende-se por “famílias reinventadas” as diferentes formas de ser e conviver que caracterizam as famílias contemporâneas.

cularmente no campo da reprodução humana. Dessa forma, reafirma-se a importância e a necessidade de o Estado assumir a maior cota de responsabilidade na provisão de bem-estar. Isto torna-se fundamental para não responsabilizar as famílias pelas suas contingências, para não tornar o bem-estar das famílias dependente da lógica mercantil, para não aprisionar as famílias na dependência de suas redes de solidariedade e também para preservar a autonomia de cada um em relação à autoridade da família (TEIXEIRA, 1985; SARACENO, 1996).

A segunda é a impropriedade de se creditar às famílias a maior cota de responsabilidade pela provisão de bem-estar. Considerando os indicadores demográficos, sociais e econômicos que, desde a década dos 1980, demonstram que as transformações ocorridas na família, entre elas, a sua composição com muito menos membros, as mudanças no caráter de suas relações e de seus vínculos, se associam ao empobrecimento acelerado e à retração dos investimentos públicos. Esses fatores colocam as famílias da classe trabalhadora brasileira numa posição extremamente difícil, sem condições de responder as expectativas que têm sido colocadas sobre elas. Além disso, como aponta Pereira (2004), o caráter contraditório da família, as transformações na sua organização, gestão e estrutura, bem como a dificuldade de definir as fronteiras e responsabilidades entre os diferentes atores do setor informal, contra - indicam as possibilidades de a família assumir um papel preponderante no campo da proteção social.

Portanto, é urgente a desconstrução do paradoxo entre a lógica discursiva de proteção da família do governo atual e a lógica mercadológica impressa na divisão de responsabilidades dos atores em relação à proteção social. A persistência desse paradoxo sustenta a seguinte equação: quanto mais mercado/família, mais desigualdade e menos cidadania.

Referências

- ARIEËS, P. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: LCT, 1978.
- BATTHYÁNI, D. K. Cuidados de personas dependientes y género. In: AGUIRRE, R. **Las bases invisibles del bienestar social: el trabajo no remunerado en Uruguay**. Montevideo: UNIFEM, 2009. p. 87-124.
- BILAC, E. D. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil- notas muito preliminares. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, C. (org.). **Família e Pro-**

cessos Contemporâneos: Inovações da sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995. p. 43-61

BORON, A. Os novos Leviatãs e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós- Neoliberalismo II:** Que Estado para que democracia? Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 7-67.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Presidência da República: Casa Civil, 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 26 set. 2013.

_____. **Decreto-Lei nº3200, de 19 de abril de 1941.** Brasília: Câmara dos Deputados, 19/04/1941. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3200-19-abril-1941-413239-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15 ago. 2019

_____. **Plano Diretor da Reforma do Estado.** Brasília: Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. Presidência da República: Câmara da Reforma do Estado. Brasília. Novembro de 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>> Acesso em: 18 set. 2020.

_____. **Projeto de Lei Nº6583- A, de 2013:** Câmara dos Deputados. Brasília. 16 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;sessionid=47FC186CDB5C27E515DF6EEB0712A562.p?proposicoesWeb2?codteor=1398893&filename=Avulso+-PL+6583/2013>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRITOS, N. **Ambito profissional y mundo del trabajo:** Políticas sociales y trabajo social em los anos noventa. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2006.

CEPAL. **Panorama social de América Latina.** Santiago: Livrogrof-CEPAL: 2014. p. 292.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, n. 37, v. 4, p. 5-16, 1981.

DI GIOVANNI, G. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M. A. **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil.** Campinas/SP. UNICAMP, 1998.

ESPING-ANDERSEN, G. **Fundamentos sociales de las economias postindustriales.** Barcelona: Ariel, 2000.

- FAGNANI, E. Apresentação. In: FAGNANI, E. (org.) **Como Incluir os Excluídos?** Carta Social e do Trabalho, n. 7. Campinas: UNICAMP-CESIT, 2007.
- _____. A política Social no Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **Texto para Discussão**, Campinas, n. 192, jun. 2011. 29 p.
- FLEURY, S. M. **Por uma sociedade sem excluídos(as)**. Rio de Janeiro Observatório da Cidadania, 2007. Disponível em: <<https://www.ibase.br/user-images/sociedade.pdf>> Acesso em 19 nov. 2019.
- FONSECA, A. M. M. da. **Família e Política de Renda Mínima**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- GAHYVA, H. Notas Sobre o Conservadorismo: elementos para a definição de um conceito. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 16, n. 35, p. 299- 320, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n35p299>>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- GELINSK, C.R.O.; DAL PRÁ, K. R. Questões Demográficas Relevantes por Faixas Etárias e os Desafios para as Políticas Públicas diante de Mudanças nos Padrões de Bem - Estar. In: DAL PRÁ, K.R.; MOSER, L. (orgs.) **Família e Política Social: Gênero, Gerações e Cuidado**. Florianópolis: Editora UFSC.2020. p.221-242.
- GRANDE, E. Il poliamore, i diritti e il diritto. **The Cardozo Electronic Law Bulletin**. New York: Cardozo Institute. 2018. Disponível em: <<http://www.-jus.unitn.it/cardozo/>>. Acesso em: 21 set. 2019.
- GOLDANI, A. M. Reinventar políticas para as famílias reinventadas: entre la “realidad” brasileña y la utopia. **Lineamientos de acción y propuestas de políticas hacia las familias**. Serie Seminarios y Conferencias, Chile, n. 46, CEPAL, p.319-345, 2005. Disponível em: <http://www.pasa.cl/wp-content/uploads/2011/08/Reinverntar_politicas_para_familias_reinventadas_Goldani_Ana_Maria.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2014.
- HOLANDA, S. B.de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. p. 151.

JANNUZZI, P. de M. P. Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil: dos avanços civilizatórios pós Constituição de 1988 aos prenúncios da barbárie liberal pós Golpe de 2016.. **Anais do XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. São Paulo: ABEP, s/n. 2018. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2994/2858>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

LASLETT, P. **Household and the Family in Past Time**. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

MARTINS, A. V. G. da S. Por que uma Secretaria da Família? Serviço não é uma intromissão na esfera privada. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mar. 2019. Tendências e Debates/Opinião. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/03/por-que-uma-secretaria-da-familia.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2019.

MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S; CARLOTO, C. M. (Orgs.) **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Org.). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015

MIOTO, R.C.T. Processos de responsabilização das famílias no contexto dos serviços públicos: notas introdutórias. In: SARMENTO, H. B. M. (org.). **Serviço Social: questões contemporâneas**. 1ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012, v. 1, p.125-138.

_____. Trabalho Social com Famílias: entre as amarras do passado e os dilemas do presente. In: TEIXEIRA, S.M. (org.) **Política de Assistência Social e Temas Correlatos**. Campinas: Papel Social – CNPq, 2016. p. 341.

_____. Política Social e Trabalho Familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.124,p.699-720,out/dez.2015

NAUDEAU, S.; KATAOKA, N.; VALERIO, A.; NEUMAN, M. J.; ELDER, L. K. **Como Investir na Primeira Infância Um Guia para a Discussão de Políticas e a Preparação de Projetos de Desenvolvimento da Primeira Infância**. São Paulo: editora Singular, 2011.

PEREIRA, P. A. Mudanças estruturais, política social e papel da família: críticas ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M.

C. (Org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 25-42.

PESCAROLO, A. **La Famiglia**: Enciclopedia Italiana Eredita' del. Noccento. Torino: IEL. 2001.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. São Paulo: Zahar. 2003.

SARACENO, C. **Sociologia della famiglia**. Bologna: Il Mulino, 1996.

_____. **Il Welfare**: Modelli e dilemmi della cittadinanza sociale. Bologna: Il Mulino, 2013.

SANTOS, W. G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TEIXEIRA S. M. F.. Política social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 400-417, 1985.

UGÁ M., MARQUES R.M. O Financiamento do SUS: Trajetória, contexto e constrangimentos. In: LIMA, N.T.; GERSHMAN S.; EDLER F. C. (org.). **Saúde e Democracia**: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz; p. 93-233, 2005. .

VIEIRA, F.S.; SANTOS, I.S.; OCKÉ- REIS, C.; RODRIGUES, P.H.A. **Políticas sociais e austeridade fiscal**: como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: CEBES, 2018.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.